

January 2024 | PT

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA
- EN
- DE
- ET
- FR
- EL
- HR
- IT
- LV
- LT
- HU
- MT
- NL
- PL
- FI
- RO
- SK
- SL
- SV

Available Languages:

EDITORIAL



Aceitar a mudança e enfrentar os desafios em 2024

Caras leitoras, Caros leitores,

O ano de 2024 será marcado pela mudança, não apenas na Europa, mas também no mundo. Aproxima-se o maior exercício democrático do nosso continente – as eleições para o Parlamento Europeu em junho – e terão igualmente lugar outros escrutínios nacionais e presidenciais em mais de 50 países de todo o mundo, incluindo nos EUA. As constelações políticas sairão transformadas e novas vias emergirão.

As eleições para o Parlamento Europeu serão um verdadeiro teste à confiança dos cidadãos na UE. Nos últimos anos, enfrentámos desafios sem precedentes, chegando agora a vez de os cidadãos europeus decidirem se a UE passou no teste. Uma vez que a luta contra a pobreza e a exclusão social é a principal prioridade para os cidadãos da UE, a nossa União navegará em mar revolto. A inflação, a insegurança laboral e a falta de estabilidade económica em geral criam um terreno fértil para o medo, que alimenta as narrativas populistas e extremistas.

Não será fácil, mas a UE pode pôr cobro a esta tendência. Devemos dialogar com os eleitores, dando-lhes voz e escutando-os. Neste contexto, orgulho-me de anunciar a primeira Semana da Sociedade Civil do CESE (de 4 a 8 de março) em que cidadãos de toda a Europa, tanto jovens como idosos, dialogarão e formularão mensagens para os próximos dirigentes da UE que terão assento na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu.

A UE terá também de enfrentar novos desafios. A recente decisão histórica do Conselho Europeu de dezembro de encetar negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldávia e de conceder o estatuto de país candidato à Geórgia marcou o início de uma fase crucial do processo de alargamento. A responsabilidade de levar a cabo as reformas necessárias recai sobre os países candidatos, mas os dirigentes da UE comprometeram-se igualmente a realizar reformas internas, esperando-se a apresentação de conclusões no verão de 2024. No que toca ao CESE, estamos a promover esta causa através da integração gradual de membros por um país candidato à adesão, que contribuirão para a elaboração dos nossos pareceres e participarão nas reuniões plenárias. Fechado o convite à manifestação de interesse, está em curso o processo de seleção dos novos membros, que serão apresentados na próxima reunião plenária do CESE.

Tudo isto ocorrerá sob os auspícios da Presidência belga da UE, a quem caberá a tarefa de levar a bom porto os dossiês legislativos, bem como a preparação para as eleições europeias. A reunião plenária de janeiro será uma nova ocasião para ficar a conhecer as prioridades da Presidência belga.

Neste ano de 2024, será importante ter presente que a mudança não é um obstáculo, mas antes uma oportunidade de crescer, de moldar narrativas e de construir uma Europa mais forte e mais unida.

Oliver Röpke

Presidente do CESE

AGENDA

14-15 de fevereiro de 2024

Reunião plenária do CESE

4 a 7 de março de 2024

Semana da Sociedade Civil

DIRETO AO ASSUNTO

Na rubrica «Direto ao assunto», **Sandra Parthie**, membro do CESE, presidente da Secção do Mercado Único, Produção e Consumo e relatora do parecer, destaca as propostas do Comité sobre a nova Estratégia Europeia para o Mercado Interno, a adotar na reunião plenária de janeiro.



SANDRA PARTHIE: NOVA ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA O MERCADO INTERNO

Entre o surgimento da ideia do mercado único europeu na década de 1980 e a sua conceção e lançamento no início da década de 1990 muitas foram as mudanças históricas na Europa e no resto do mundo. Desde essa época, a dimensão e o número de Estados-Membros da UE mais do

que duplicaram e o projeto europeu enfrentou crises e conflitos, bem como desafios naturais, económicos, sociais e tecnológicos.

A situação geopolítica também mudou de forma radical, pois surgiu uma nova superpotência na Ásia que se tornou um adversário sistémico da UE a vários níveis. Ao longo dos anos, os princípios do mercado único, ou seja, a livre circulação de mercadorias, serviços, capital e trabalhadores, revelaram-se uma vantagem para o desempenho económico da UE. No entanto, o mercado único está longe de ser perfeito.

A aplicação das regras comummente acordadas é frequentemente fragmentada, os requisitos administrativos proliferam e as capacidades de supervisão do mercado são extremamente limitadas. Além disso, o mercado único encontra-se atualmente dividido entre objetivos contraditórios: os pedidos de subvenções da indústria e de outros agentes a nível nacional são incompatíveis com os pedidos para limitar os auxílios estatais e assegurar condições de concorrência equitativas entre os Estados-Membros; os requisitos de produção local que visam manter a criação de valor e os postos de trabalho na Europa opõem-se aos pedidos para promover a abertura e o acesso aos mercados, a fim de manter a competitividade em termos de custos com os concorrentes mundiais e fornecer aos consumidores produtos a preços comportáveis; o acesso a matérias-primas indispensáveis à produção de bens (de automóveis, aerogeradores e painéis solares a equipamento para cozinha e ferramentas de jardinagem) colide com as condições de aprovisionamento desses recursos, tais como a necessidade de assegurar o cumprimento das normas laborais e ambientais e de regulamentar a concorrência.

A abertura dos mercados e das fronteiras da UE, que constitui um aspeto central da ideia do mercado único, revelou-se insuficiente num mundo que deixou de respeitar as regras do comércio internacional acordadas a nível multilateral. Na ausência de salvaguardas, como uma fiscalização rigorosa da qualidade e da segurança dos produtos que entram no mercado da UE ou a análise dos investimentos e objetivos conexos dos investidores, pode mesmo tornar-se uma desvantagem para a UE. Num mundo que está a abandonar progressivamente os sistemas assentes em regras multilaterais e a restringir ou limitar o acesso aos recursos com base em interesses nacionais, a economia da globalização e da internacionalização e integração das cadeias de abastecimento deixou de funcionar.

O mercado interno precisa, portanto, de uma nova estratégia, que deve centrar-se em vários aspetos: numa política industrial europeia, num quadro favorável para as empresas, nomeadamente as pequenas e médias empresas (PME), nas empresas da economia social, no apoio público ao projeto europeu, em serviços de interesse geral devidamente organizados e eficientes e na adoção de medidas para preservar e desenvolver o nosso modelo social.

O CESE considera que a conclusão do mercado de capitais da UE é crucial para o aprofundamento do mercado interno. O mercado de capitais deve ser orientado para o financiamento da produção, aquisição e fluxo de bens e serviços, nomeadamente apoiando a investigação, o desenvolvimento e a inovação das empresas, bem como os serviços de interesse geral, e fomentando o empreendedorismo.

Além disso, deve ser dada prioridade a políticas que proporcionem um enquadramento para a inovação pelas empresas privadas e promovam a inovação através do acesso ao capital de risco e da cooperação entre a indústria e o setor científico. A aplicação do acervo da UE deve constituir uma nova prioridade para o reforço do mercado interno. Lamentavelmente, muitas destas regras não são transpostas para o direito interno dos Estados-Membros, ou são aplicadas de forma muito diferente ou em graus muito diferentes. Esta situação representa um obstáculo importante ao bom funcionamento do mercado interno.



UMA PERGUNTA A...

Na rubrica «Uma pergunta a...», o membro do CESE **Stoyan Tchoukanov** respondeu à pergunta do CESE sobre o seu parecer, cuja adoção está prevista para a reunião plenária de janeiro.

Pergunta do CESE: «É relator do Parecer – Promover uma produção alimentar autónoma e sustentável: estratégias para a política agrícola comum pós-2027. O que propõe o Comité no parecer, em especial sobre a CAP pós-2027 no que toca à produção alimentar sustentável?»



STOYAN TCHOUKANOV: QUE RUMO PARA A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM APÓS 2027?

É o relator do Parecer – Promover uma produção alimentar autónoma e sustentável: estratégias para a política agrícola comum pós-2027. Quais são as propostas que o Comité apresenta no seu parecer, nomeadamente para a PAC após 2027, no que diz respeito à produção alimentar sustentável?

Stoyan Tchoukanov: A PAC permitiu à União Europeia (UE) garantir um abastecimento estável de alimentos de elevada qualidade e cada vez melhores para a sua população em crescimento, mantendo simultaneamente um modelo de agricultura familiar. A política evoluiu nos últimos 65 anos, mas ainda há muitas críticas contra as três dimensões da sustentabilidade presentes na nova versão da PAC que entrou em vigor em 2021.

À luz dos novos desafios que enfrentamos, precisamos – mais do que nunca – de um quadro político estável a longo prazo, orientado para uma produção alimentar sustentável e uma autonomia estratégica aberta na UE. Ao mesmo tempo, devemos proteger os diferentes tipos de agricultura na UE e satisfazer as necessidades ecológicas e da sociedade («fundos públicos para bens públicos»), assegurando ainda o desenvolvimento rural.

As políticas ambientais e climáticas não devem ser encaradas como um fardo no contexto da recuperação da crise atual, mas sim como parte das soluções a longo prazo e enquanto orientações para as decisões no futuro. A mais recente reforma reforçou o princípio de que cada hectare apoiado deve, como contrapartida, prestar serviços ambientais à sociedade.

No entanto, um financiamento uniforme por hectare não corresponde à realidade ecológica nem a um apoio justo do ponto de vista social. Consideramos que a próxima PAC deve ir ainda mais longe, reforçando os

requisitos ambientais e sociais que terão de ser devidamente recompensados e protegidos da concorrência desleal.

Por conseguinte, os pagamentos baseados na superfície devem ser reconvertidos em incentivos, em vez de serem uma compensação por serviço prestado. Este processo deve beneficiar de um período de transição razoável que pode ir além do âmbito de um único quadro financeiro plurianual (QFP).

As pequenas explorações agrícolas familiares devem ter a possibilidade de optar por manter um apoio ao rendimento assente em pagamentos baseados na superfície e unidades de mão de obra na exploração, permitindo aos Estados-Membros definir os critérios nos planos estratégicos. A fim de pôr termo à diminuição continuada do número de explorações agrícolas na UE devido à falta de renovação geracional, é necessário adotar medidas em matéria de aumento dos rendimentos médios com a atividade agrícola, acesso às terras (através de subvenções ao investimento, crédito preferencial, legislação nacional em matéria de transferência de terras), condições de investimento favoráveis no âmbito do segundo pilar (atraindo fundos privados adicionais), melhoria das competências (de agricultores, trabalhadores agrícolas e consultores), capacitação das mulheres, boas condições de trabalho e melhoria das perspetivas a longo prazo para os agricultores (pensões, etc.). Importa ainda reforçar a atratividade global das zonas rurais.

A PAC deve contribuir para promover a procura dos consumidores na UE de regimes alimentares mais saudáveis e mais sustentáveis (produtos biológicos, sazonais e locais), diminuir o desperdício alimentar e regular os mercados alimentares, a fim de combater a financeirização do setor alimentar, que fomenta a especulação agressiva, tendo em conta os enormes lucros gerados numa altura em que os europeus têm dificuldade em fazer face à subida dos preços dos alimentos. O aumento dos preços da energia e os riscos de perturbação do aprovisionamento de energia e de fertilizantes são já a nova normalidade, e a PAC deve considerar a inclusão de componentes anticíclicas e prever regimes de apoio ao investimento destinados a melhorar, nas zonas rurais, a produção e distribuição de energias renováveis a nível local e a nível das explorações agrícolas.

Na nossa opinião, a Comissão deve ponderar reforçar, nos instrumentos da PAC após 2027, os regimes de seguro em parcerias público-privadas – que são voluntários a nível dos Estados-Membros – em resposta às consequências das condições climáticas extremas. Tendo em vista as eleições de 2024 para o Parlamento Europeu e o futuro alargamento da UE, o CESE considera que este parecer constitui uma oportunidade para apresentar algumas considerações/orientações/propostas da sociedade civil organizada sobre a futura configuração e a orientação da PAC pós-2027, com vista a alcançar uma produção alimentar autónoma e sustentável no âmbito de uma política alimentar mais holística e abrangente. O objetivo é contribuir para a proposta da Comissão para a próxima PAC, destacando as necessidades das organizações da sociedade civil e as expectativas da sociedade.

TRIBUTE TO JACQUES DELORS



Em memória de Jacques Delors, antigo presidente da Comissão Europeia

Em 27 de dezembro passado, **faleceu Jacques Delors**. Fora presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1995 e ministro das Finanças do Governo de François Mitterrand de 1981 a 1985.

Sébastien Maillard, antigo diretor e atual conselheiro especial do Instituto Delors de Paris, e antigo correspondente para os assuntos europeus em Bruxelas, presta-lhe uma bela homenagem.

Lorenzo Consoli, um dos jornalistas mais conhecidos da Europa, partilhou igualmente com os leitores do *CESE Info* o seu testemunho sobre o presidente Jacques Delors.

Lorenzo Consoli, jornalista italiano e correspondente europeu desde 1991, é um dos especialistas mais tarimbados sobre a política europeia e trabalha, nomeadamente, para a agência noticiosa italiana Askanews. Foi presidente da Associação de Imprensa Internacional (API) de Bruxelas de 2006 a 2010 e professor convidado no quadro do mestrado executivo em Jornalismo Europeu e Comunicação no IHECS, em Bruxelas. (ehp)



Jacques Delors: o homem da ação coletiva

Jacques Delors deixou-nos após uma longa vida de empenho profícuo que deixou um legado duradouro. Esteve diretamente envolvido na criação de segmentos inteiros do projeto europeu de que fazemos parte, nomeadamente o mercado único, o espaço Schengen, o programa Erasmus, o euro e o Fundo de Coesão. Na base do seu trabalho em prol da Europa está a ética da ação.

Jacques Delors conferiu nobreza à participação pública. Nas suas atividades associativas, sindicais e depois políticas, este ativista, como humildemente gostava de se definir, abraçou em especial o pensamento personalista de Emmanuel Mounier. Cristão devoto e discreto, encarava todas as pessoas como um ser único, inserido numa rede de ligações sociais que sabia ser indispensável para qualquer ação de envergadura.

Preocupado com a ascensão do individualismo, este social-democrata acreditava na participação na sociedade, na qual todos asseguram a sua quota-parte para o bem comum. O seu nome permanece inextrincavelmente ligado à concertação, à cogestão, à colegialidade e a outras formas de ação coletiva, que promoveu e defendeu. Por essa razão, atribuía grande importância ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, que ajudou a criar. Respeitava os organismos intermediários e acreditava num diálogo social sincero, num espírito de compromisso.

Praticou-o a nível europeu e, ao mesmo nível, alargou-o ao diálogo com as religiões. Jacques Delors não era o homem providencial. Era um autodidata que considerava não ter evoluído sozinho, vendo-se antes como

um indivíduo moldado por outros e com outros. E através da ação. O seu pensamento estava em constante movimento, alimentado pelas reações às ações, num círculo virtuoso. Um homem de princípios e convicções enraizados na sua fé ardente, não estava prisioneiro de uma ideologia surda. Para dar os passos em frente possíveis, movia-se com uma abordagem lúcida, baseada na realidade, na compreensão das situações e no respeito das tradições nacionais.

Com ele, a realidade tinha precedência sobre a ideia, para a qual sabia abrir caminho quando as circunstâncias o exigiam. Foi assim que retomou a ideia de uma moeda única, ao mesmo tempo que apoiou a reunificação da Alemanha, que se tornou inevitável após a queda do Muro. É verdade que o mundo, com os seus tumultos atuais, já não é o mesmo da Europa de Jacques Delors. Os resultados que conseguiu obter, como o mercado interno, devem ser adaptados e completados face às potências ameaçadoras, mas constituem a base para a ação de hoje em dia. E a sua abordagem inclusiva e prospetiva das realidades, conjugando a firmeza dos princípios com a abertura ao compromisso para avançar em conjunto, deve ser reavivada na mesa dos dirigentes europeus.

Sébastien Maillard, conselheiro especial e antigo diretor (2017-2023) do Instituto Jacques Delors

---



Lorenzo Consoli: A grandeza de Jacques Delors – e os seus fracassos

Falecido em 27 de dezembro de 2023, Jacques Delors será lembrado como o maior e o mais eficaz e clarividente presidente da Comissão Europeia, um «pai fundador» visionário de uma Europa unida, como o foram Jean Monnet e Robert Schuman bem antes de si.

Antes de Jacques Delors, o presidente da Comissão Europeia pouco mais era do que um eurocrata; foi ele quem veio dar ao cargo um estatuto equivalente ao de chefe de Estado e de governo, papel esse posteriormente reconhecido por todos. Nos dez anos que durou o seu mandato, de 1985 a 1995, impulsionou com vigor e determinação, também graças ao apoio do chanceler alemão Helmut Kohl e do presidente francês François Mitterrand, o processo de integração europeia, que relançou imediatamente após assumir o cargo, com o objetivo de transformar o mercado comum, assente na União Aduaneira, num verdadeiro mercado único até 1992. Em seguida, quando esse mercado único estava ainda em fase de aplicação, lançou o seu outro grande projeto, a União Monetária, em paralelo com o alargamento das competências comunitárias, que culminou na fundação da União Europeia, com o Tratado de Maastricht.

Abordou também pela primeira vez o «défice democrático» da então Comunidade Europeia, propondo – e obtendo – mais poderes para o Parlamento Europeu, primeiro através do procedimento de cooperação (previsto no Ato Único) e depois (após a reforma de Maastricht) com o processo de codecisão, que acabou por confiar à Assembleia de Estrasburgo um verdadeiro papel colegislativo em matérias sujeitas a decisão por maioria qualificada no Conselho.

O caminho rumo ao objetivo estratégico de consumar o mercado único começou com a elaboração de dois documentos: o relatório sobre o custo da não-Europa, que demonstrava os benefícios económicos da eliminação das barreiras regulamentares internas remanescentes, e um primeiro livro branco, que identificava todas as medidas legislativas (cerca de 200) necessárias para eliminar essas barreiras.

Desde o primeiro momento, Jacques Delors identificou o reforço dos mecanismos de decisão e das instituições europeias como o instrumento essencial para a conclusão do projeto. Assim, propôs com o Ato Único Europeu uma primeira verdadeira reforma dos Tratados de Roma de 1957 – com os quais se havia instituído as Comunidades Europeias (mercado comum e Euratom) –, e convenceu os Estados-Membros a aprovar essa reforma (1987).

Jacques Delors desempenhou depois um papel essencial na redefinição do quadro financeiro comunitário, logrando um aumento significativo dos recursos orçamentais para 1,20% do PIB total dos Estados-Membros, com o pacote Delors I (1988-92), e, posteriormente, para 1,27%, com o pacote Delors II (1993-99), bem como assegurando um forte incremento dos fundos para a «coesão económica e social» (políticas regionais e estruturais), considerada uma contrapartida necessária para a unificação do mercado interno. Mas mais importante ainda foi a mudança sistémica no quadro orçamental comunitário – introduzida justamente com os dois pacotes Delors –, que deixou de ser um exercício anual para passar a ter um horizonte de médio prazo (sete anos).

Evitava-se assim a repetição anual das intensas negociações financeiras entre os Estados-Membros, que abrandavam o trabalho das instituições europeias durante vários meses. Outro elemento fundamental introduzido por Jacques Delors nas políticas europeias foi a atenção prestada à dimensão social: foi ele, em particular, quem, entre outras iniciativas, instaurou o «diálogo social» entre as empresas, os sindicatos e as instituições europeias. No entanto, o seu programa social, que também previa uma harmonização dos instrumentos para proteger os trabalhadores em caso de crise e combater as pressões de deslocalização das atividades produtivas, foi uma das suas obras inacabadas.

A sua derrota mais dura, porém, chegaria com o seu segundo livro branco, «Crescimento, Competitividade, Emprego», lançado com pompa e circunstância em 1993 como o último grande projeto do seu mandato. Tratava-se de uma proposta para revitalizar e impulsionar a economia (a financiar com 20 mil milhões de euros ao longo de 20 anos), com base, nomeadamente, numa emissão conjunta de dívida (8 mil milhões de euros por ano), bem como em contribuições do orçamento da UE e empréstimos do Banco Europeu de Investimento. A proposta destinava-se a apoiar a construção de infraestruturas de transporte e telecomunicações e várias iniciativas económicas e sociais (essencialmente um prelúdio daquilo que seria, 20 anos mais tarde, o Instrumento de Recuperação da União Europeia na sequência da crise pandémica).

O plano, inicialmente acolhido favoravelmente pelo Conselho Europeu, foi posteriormente criticado e abandonado pelos ministros das Finanças da UE. A década de Jacques Delors terminava assim sem chama nem glória, num ocaso a que não faltaram acusações de ambição desmesurada, jacobinismo centralizador e regulamentação excessiva. Ironia do destino, algumas das suas ideias, como as redes transeuropeias ou o instrumento SURE para apoiar os regimes de redução ou suspensão da prestação de trabalho durante a crise da COVID-19, acabariam mesmo por ser retomadas mais tarde.

NOTÍCIAS DO CESE



Jubileu do CESE: UE necessita de mais diálogo social

O CESE é uma história de sucesso, mas a União Europeia tem de intensificar os esforços para defender o seu contrato social, a solidariedade, uma economia justa e a inclusividade. Esta é a chave para preservar os valores europeus.

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) foi criado pelo Tratado de Roma (assinado em março de 1957) e realizou a sua primeira reunião plenária em maio de 1958. A sua experiência passada e os ensinamentos para o futuro foram o tema de um debate sobre a «**Celebração do 65.º aniversário do Comité Económico e Social Europeu: Capacitar a sociedade civil, defender a democracia**», que decorreu em 13 de dezembro de 2023, em Bruxelas. «Nos últimos 65 anos, o Comité criou uma verdadeira plataforma em que a sociedade civil pode exprimir livremente os seus pontos de vista e, assim, procurar melhorar a legislação da UE. No contexto geopolítico em mutação atual, a voz de uma sociedade civil forte e independente é mais importante do que nunca. É a sociedade civil, no seu papel de guardiã, que garante que ninguém ataca o equilíbrio de poderes, o Estado de direito ou os direitos e valores fundamentais, de modo a manter acesa a "chama" da democracia», afirmou o presidente do CESE, **Oliver Röpke**.

Os membros do CESE representam a diversidade das organizações da sociedade civil em toda a Europa, nomeadamente as empresas, os sindicatos e outros grupos de interesse. O Comité é um órgão consultivo que emite pareceres para a Comissão Europeia, o Conselho da UE e o Parlamento Europeu, atuando como ponte entre as instâncias de decisão da UE e os seus cidadãos. «O CESE completou 65 anos, e algumas pessoas poderão ter pensado que chegou o momento de se reformar. Mas, na verdade, é precisamente o contrário. O CESE é agora mais do que nunca necessário, num momento em que tantos europeus enfrentam dificuldades. Há que lutar contra qualquer tentativa de ignorar o papel do diálogo social organizado. As demais instituições da UE deviam escutar-nos cada vez mais», exortou **Georges Dassis**, antigo presidente do CESE e presidente da Associação dos Antigos Membros do CESE.

Como salientado no debate, o CESE tem sido um dos intervenientes principais no debate sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais realizado nos últimos anos. O CESE também participou na Conferência sobre o Futuro da Europa, cujas recomendações finais o mencionam explicitamente como instrumento para aumentar a participação e a transparência na democracia da UE. Entre os exemplos recentes do papel pioneiro do CESE contam-se o facto de ser o primeiro a apelar para uma verdadeira União Europeia da Saúde e de estar na vanguarda da proposta de um «direito à reparação». **Stefano Mallia**, presidente do Grupo dos Empregadores, salientou a importância do impacto do trabalho do CESE, destacando as melhorias introduzidas na legislação desde 1958: «Nos últimos meses, alcançámos vários objetivos fundamentais, nomeadamente o controlo da competitividade e o Pacto Azul Europeu. E continuaremos a trabalhar para transmitir os pontos de vista das pessoas que representamos.»

A transição energética, a luta contra a crise climática e a resposta à ameaça geopolítica colocada pela Rússia são apenas alguns dos desafios que reforçam a necessidade de um CESE que ajude a criar consensos para o bem comum, a promover os valores da integração europeia e a defender a causa da democracia participativa e das organizações da sociedade civil. «Durante 65 anos, o CESE proporcionou uma plataforma para os representantes sindicais participarem em debates significativos com empregadores, organizações da sociedade civil e outras instituições da União Europeia. O êxito do CESE reside na cooperação. Ao reunir

representantes de diversos grupos da sociedade, conseguimos emitir pareceres que englobam muitas perspetivas diferentes. Esta inclusividade garante que o nosso trabalho respeita os princípios democráticos», afirmou **Lucie Studničná**, presidente do Grupo dos Trabalhadores.

Séamus Boland, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil, apelou à plena mobilização do CESE na perspetiva das eleições europeias. «A UE deve contribuir com uma solução coletiva para os desafios europeus comuns. A consecução deste objetivo dependerá, em grande medida, dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu. O CESE e os seus membros têm um mandato e a responsabilidade de chegar aos cidadãos através das suas redes de organizações da sociedade civil, combatendo a desinformação, os receios e a falta de confiança. Temos também de reiterar o nosso apelo para a adoção de medidas concretas que permitam pôr em prática o diálogo com a sociedade civil a nível da UE em todos os domínios de intervenção.»

Descubra mais sobre a história do CESE [em inglês]. (ab)



Isabelle Le Galo Flores é a nova secretária-geral do Comité Económico e Social Europeu

Em 12 de dezembro de 2023, a Mesa do Comité Económico e Social Europeu (CESE) decidiu nomear **Isabelle Le Galo Flores** como nova secretária-geral do CESE.

Isabelle Le Galo Flores é titular de um mestrado em Engenharia Matemática, Comunicação, Comunicação Social e Relações Internacionais. Ao longo do seu percurso profissional, ocupou vários cargos de gestão, tendo exercido mais recentemente o cargo de diretora-geral adjunta para Espanha da Fundação Daniel e Nina Carasso, onde participou, nomeadamente, em projetos de sistemas alimentares sustentáveis e de cidadania através da arte.

Enquanto secretária-geral do CESE terá a seu cargo funções executivas, prestando assistência e aconselhamento aos órgãos estatutários do CESE e gerindo um secretariado-geral de aproximadamente 700 membros do pessoal. **Isabelle Le Galo Flores** entrou em funções em 16 de janeiro de 2024 por um período de cinco anos, sucedendo a Gianluca Brunetti, que exerceu o cargo até 31 de dezembro de 2023. (ehp)



CESE solicita mais empenho político para erradicar o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo

Na UE, todas as noites, quase 900 mil pessoas dormem na rua ou num centro de acolhimento. O número de pessoas em situação de

sem-abrigo mais do que duplicou nos últimos 15 anos, pelo que o CESE insta os Estados-Membros e a UE a adotarem medidas.

O CESE reclama uma estratégia global da UE para as pessoas sem abrigo e a adoção célere de políticas nacionais eficazes com vista a reduzir significativamente, até 2030, o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, uma das formas mais extremas de exclusão social.

«Solicitamos a elaboração de uma estratégia da União Europeia para as pessoas sem abrigo que integre plenamente a Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo (EPOCH) e permita incorporar as políticas nacionais de combate a este fenómeno no exercício do Semestre Europeu», declarou **Maria del Carmen Barrera Chamorro,** relatora do Parecer do CESE – Quadro da UE relativo às estratégias nacionais para as pessoas sem abrigo.

A estratégia deverá ter na sua base uma recomendação do Conselho, pelo que o CESE insta a nova Presidência belga do Conselho da UE a começar a trabalhar nela desde já. Convida igualmente a Comissão Europeia a elaborar, sem demoras, uma proposta de novo programa de trabalho plurianual que tenha continuidade no próximo mandato e o abranja integralmente.

«O CESE pretende que as pessoas sem abrigo continuem a ser uma prioridade da política social da UE não só no período que antecede as eleições para o Parlamento Europeu, mas também depois delas. Precisamos de uma reorientação estratégica, que passe a colocar a ênfase não tanto na gestão do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, mas sim na sua erradicação até 2030», asseverou **Ákos Topolánszky**, correlator do parecer.

O CESE propõe que se promova ativamente o princípio da prioridade à habitação para dar resposta ao fenómeno das pessoas em situação crónica de sem-abrigo. De acordo com este princípio, a habitação não representa apenas um abrigo, mas também um instrumento de integração. Proporciona uma solução de habitação a longo prazo sem a fazer depender da demonstração de progressos no plano pessoal ou da aceitação de apoio.

A abordagem centrada na habitação já está prevista na Declaração de Lisboa, assinada em 2021 pelos 27 Estados-Membros da UE, pelas instituições europeias e por várias ONG europeias. A Declaração constitui a base política da EPOCH e os seus signatários comprometeram-se a cooperar nesse domínio a nível da UE e a envidar esforços para pôr termo a este fenómeno até 2030. No entanto, o CESE observa no parecer que, apesar dos esforços políticos, não se está a fazer o suficiente para resolver o problema das pessoas em situação de sem-abrigo a nível europeu ou nacional.

Nos últimos 20 anos, a Finlândia foi o único país a conseguir reduzir o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo de forma consistente. (ll)



Primeira vice-presidente espanhola Nadia Calviño: a Europa tem de continuar no leme

Economia e finanças, digitalização, competitividade e empresas, comércio: são estes os quatro domínios em que se realizaram progressos sob os auspícios da Presidência espanhola do Conselho da União Europeia, entre julho e dezembro de 2023.

Na sua intervenção, na reunião plenária de dezembro, a primeira vice-presidente e ministra da Economia e da Digitalização de Espanha, **Nadia Calviño**, resumiu as conclusões da Presidência rotativa da UE, referindo, nomeadamente, o aprofundamento da União Económica e Monetária, os pagamentos imediatos no setor bancário, a reforma do mercado da eletricidade e a assinatura de um acordo comercial avançado com o Chile.

Nadia Calviño, que deverá assumir funções como próxima presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI) em 1 de janeiro de 2024, salientou igualmente as questões que a União Europeia terá de colocar em breve na ordem do dia, especialmente tendo em conta as próximas eleições europeias. «O mundo está a passar por transformações profundas e as estruturas sólidas criadas após a Segunda Guerra Mundial estão a mudar», afirmou. «Temos de assegurar que a UE continua a liderar os debates mais importantes do mundo, enfrenta os principais desafios e protege os valores europeus neste novo mundo», acrescentou.

Referindo-se ao semestre movimentado que estava prestes a terminar, declarou ainda: «A cooperação com as outras instituições europeias e, em particular, com o CESE foi fundamental para o seu êxito. A minha presença aqui demonstra o forte empenho do Governo espanhol com os parceiros sociais, o diálogo social e a sociedade civil. Tentamos escutar atentamente e integrar a perspetiva da sociedade civil no nosso trabalho.» (mp)



Cartão europeu de deficiência: mais um passo rumo à livre circulação das pessoas com deficiência na UE

O CESE solicita que o âmbito de aplicação da proposta da Comissão relativa a um cartão europeu de deficiência seja alargado de modo a abranger estadas mais longas para trabalhar ou estudar, com vista a assegurar a livre circulação das pessoas com deficiência na UE.

O CESE saudou a proposta da Comissão relativa a um cartão europeu de deficiência e ao cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência, enquanto primeiro passo rumo à livre circulação das pessoas com deficiência na UE.

«A proposta, relativa aos dois cartões, afetará mais de 80 milhões de europeus com deficiência», afirmou **Ioannis Vardakastanis**, relator-geral do Parecer do CESE – Cartão europeu de deficiência e cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência, apresentado na reunião plenária de 14 de dezembro. «Trata-se de um passo muito importante para eliminar obstáculos consideráveis e garantir que as pessoas com deficiência, tanto cidadãos europeus como nacionais de países terceiros que residem legalmente num Estado-Membro, possam beneficiar do princípio fundamental em que assenta a União: a liberdade de circulação. Outras políticas no futuro terão como base estas medidas.»

No entanto, o CESE alertou para o facto de a proposta não eliminar alguns dos obstáculos mais significativos à livre circulação das pessoas com deficiência, nomeadamente a falta de portabilidade dos direitos relacionados com a deficiência quando se instalam noutro país da UE para trabalhar ou estudar. No seu parecer de iniciativa, o CESE solicita que o âmbito de aplicação da proposta seja alargado a fim de permitir que uma pessoa com deficiência que se mude para outro Estado-Membro possa utilizar temporariamente os cartões para continuar a receber benefícios a título de políticas sociais ou dos sistemas nacionais de segurança social.

Atualmente, tal não é possível. Ao atravessarem a fronteira, os cidadãos que se mudam de um Estado-Membro para outro perdem os direitos decorrentes do estatuto de pessoa com deficiência, até que o Estado-Membro de acolhimento volte a estabelecer esses direitos.

Esse processo pode levar mais de um ano, período durante o qual as pessoas deixam de beneficiar do reconhecimento do seu estatuto e de apoio. «Solicitamos que o âmbito de aplicação seja alargado, a fim de evitar um vazio jurídico e lacunas durante esse período no novo país. Tal permitirá que as pessoas com deficiência vivam com dignidade desde o primeiro dia», afirmou **Ioannis Vardakastanis**. (ll)



COP28: Sociedade civil vai reclamar mais esforços para salvar o clima

As organizações da sociedade civil manifestam a sua deceção com os resultados da COP28, mas consideram-nos um ponto de partida para uma Europa mais interventiva na cena mundial. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) continua empenhado em fazer face à crise climática, insistindo na necessidade de elevar as ambições e promover uma maior participação dos jovens.

A COP28 marca uma viragem histórica, com os países a comprometerem-se, pela primeira vez em trinta anos, a abandonar gradualmente os combustíveis fósseis nos seus sistemas energéticos. O presidente do CESE, **Oliver Röpke**, reconhece estes progressos, mas insiste na necessidade de eliminar totalmente os combustíveis fósseis e na importância de associar os jovens a esses esforços.

Os negociadores da União Europeia afirmam que se conseguiu manter vivo o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura mundial. A COP28 centrou-se no setor da energia, tendo definido uma redução de 43% das emissões até 2030 e o objetivo de alcançar emissões líquidas nulas até 2050. No

entanto, há quem aponte o dedo ao acordo devido às suas lacunas, como as incertezas quanto ao cumprimento do objetivo de limitar o aquecimento a 1,5 °C, a influência dos Estados petrolíferos e a fragilidade das disposições financeiras para a transição.

Sandrine Dixson-Declève, copresidente do Clube de Roma, alerta para a crescente desigualdade na distribuição da riqueza e para o aumento das tensões sociais resultantes de uma repartição inadequada dos encargos. **Diandra Ni Bhuachalla**, delegada do CESE para a Juventude, afirma estar devastada pelos resultados da COP28 e salienta a importância da experiência real das pessoas na luta contra os lobistas ligados aos combustíveis fósseis.

Apesar das preocupações, os membros do CESE reconhecem que o acordo alcançado no Dubai tem aspetos positivos e comprometem-se a envidar esforços para colmatar as suas lacunas, instando as demais instituições da UE a fazerem o mesmo. A mensagem global que saiu do debate levado a cabo pelo CESE é um compromisso firme de responder urgentemente à crise climática através da ação continuada da UE e das Nações Unidas: «Não vamos desistir». (ks)



UE deve dar prioridade à diplomacia climática na sua política externa

A UE deve promover a diplomacia climática como uma ação emblemática na sua política externa, salientou o Comité Económico e Social Europeu no seu parecer adotado na reunião plenária de dezembro. Precisa ainda de um plano estratégico sólido e viável, a fim de adaptar a sua diplomacia climática ao atual contexto geopolítico e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O CESE está persuadido de que importa elevar a diplomacia climática ao estatuto de ação emblemática das relações externas da UE.

Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE e relator do parecer, disse: «Não há tempo a perder para evitar danos irreparáveis. A diplomacia climática é uma diplomacia preventiva, pelo que é urgente promovê-la, convertendo-a numa ação emblemática da política externa da UE».

O CESE anima a UE a adotar uma estratégia abrangente de diplomacia climática dotada de prioridades a curto e longo prazo, que integre medidas de ação climática em todos os domínios das relações externas, incluindo a segurança e a defesa, o comércio, o investimento, os transportes, a migração, a cooperação para o desenvolvimento, a assistência financeira e técnica, a cultura e a saúde.

A aplicação eficaz do Pacto Ecológico Europeu a nível interno confere à UE credibilidade para influenciar e inspirar outros a enveredar pelo mesmo caminho da sustentabilidade. É por esta razão que o CESE insta os Estados-Membros e as instituições a assegurarem uma coordenação mais eficaz dos intervenientes da UE, de modo a alinhar as respetivas políticas pelos objetivos climáticos e acelerar a ação interna para aplicar o Pacto Ecológico.

Como afirmou o relator do parecer **Stefano Mallia**: «Temos de analisar, a nível interno, se conseguimos alcançar os objetivos que definimos no âmbito do Pacto Ecológico. Uma vez no bom caminho a nível interno, devemos então dialogar com os países vizinhos para promover a sua diversificação económica, elaborar planos de transição justa e apoiar projetos de adaptação e de gestão dos riscos, a fim de prevenir e reduzir os riscos de fragilidade». (mt)



Ato legislativo sobre medicamentos críticos visa garantir autossuficiência farmacêutica da Europa

Num parecer adotado recentemente, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) adverte que a dependência excessiva da UE de importações de princípios ativos farmacêuticos e medicamentos acabados da Ásia constitui uma ameaça à saúde e ao bem-estar dos cidadãos da UE. Para resolver este problema, o CESE propõe um ato legislativo sobre os medicamentos críticos.

A União Europeia enfrenta um desafio crescente para garantir o abastecimento de medicamentos essenciais, sendo a maioria dos seus princípios ativos farmacêuticos e medicamentos acabados importados da Ásia. Esta dependência de fornecedores de países terceiros suscita preocupações relativamente à resiliência da UE face a perturbações da cadeia de abastecimento, preços voláteis e eventuais riscos geopolíticos.

«Ao dependermos de fornecedores de países terceiros para os nossos medicamentos essenciais estamos a colocar em risco a saúde dos nossos cidadãos. Há que adotar medidas imediatas para garantir o acesso dos europeus aos medicamentos necessários», afirmou **Lech Pilawski**, relator do CESE para o parecer.

Para dar resposta a estas preocupações, o CESE recomenda a criação de um novo mecanismo europeu destinado a apoiar a produção de princípios ativos farmacêuticos e medicamentos acabados na Europa. A proposta de ato legislativo sobre medicamentos críticos visa criar um mecanismo abrangente da UE, sob a forma de um regulamento, para apoiar ativamente a produção de princípios ativos farmacêuticos e de medicamentos acabados na União Europeia. Este mecanismo financiaria a investigação e o desenvolvimento, a criação de infraestruturas e os custos de funcionamento.

A aplicação destas recomendações exigirá um investimento significativo e uma cooperação reforçada entre os Estados-Membros. O CESE insta a Comissão Europeia a liderar a coordenação destes esforços e a desenvolver uma estratégia abrangente que salvaguarde a segurança sanitária da Europa, promova a prosperidade económica e garanta medicamentos a preços comportáveis para os cidadãos da UE. (gb)



CESE defende pactos específicos para apoiar regiões remotas da UE

Num parecer adotado na sua reunião plenária, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) propôs uma estratégia para superar os desafios socioeconómicos enfrentados pelas ilhas, pelas zonas montanhosas e pelas zonas escassamente povoadas da UE. O CESE reclama a intervenção da UE através da política de coesão, destacando a necessidade de estratégias adaptadas, de dados fiáveis e de mecanismos específicos para o crescimento sustentável.

As regiões remotas da UE, que vão de ilhas a zonas montanhosas ou escassamente povoadas, enfrentam desafios económicos, sociais e demográficos que entravam o seu progresso. As ilhas isoladas têm de fazer face a custos elevados devido ao seu isolamento, ao passo que as alterações climáticas acarretam riscos para as zonas montanhosas. O declínio demográfico nas zonas escassamente povoadas requer estratégias de crescimento inovadoras. O relator do CESE, **Ioannis Vardakastanis**, frisa a necessidade de abordagens adaptadas, que reconheçam as características específicas de cada região. No seu parecer, o Comité defende uma ação coesa da UE, com a ênfase na solidariedade regional para evitar a marginalização. O CESE propõe que se recorra à sólida base jurídica da política de coesão da UE, recomendando fundos e pactos específicos, como um pacto insular ou um pacto para as zonas montanhosas, para enfrentar desafios *sui generis*, à semelhança das estratégias bem-sucedidas aplicadas nas zonas urbanas e rurais. As soluções incluem aspetos económicos, sociais e ambientais e requerem uma diversidade de medidas, desde a redução dos custos operacionais à promoção da criação de emprego e à preservação da cultura local. Decisões informadas dependem de dados precisos e do reforço das capacidades, promovendo um diálogo ativo entre as partes interessadas ao nível da UE, nacional e local para elaborar políticas que reflitam as circunstâncias específicas destas regiões da UE. (tk)



CESE desenvolve visão para reforçar vantagem competitiva do setor financeiro da UE

O setor financeiro, em especial o setor bancário, é fundamental para tornar a economia da UE mais competitiva, uma vez que exerce uma influência considerável sobre o financiamento e a transição essencial para a sustentabilidade. Num parecer adotado na reunião plenária, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) destaca as principais formas de reforçar este setor e potenciar o seu contributo para a autonomia estratégica da UE, bem como os objetivos que o ajudarão a alcançá-lo.

Um sistema financeiro resiliente é uma prioridade para a transformação económica da UE, mas subsistem desafios, apesar dos esforços para integrar os controlos da competitividade e aperfeiçoar a regulamentação através do programa REFIT. O relator do CESE, **Antonio García del Riego**, salienta que o facto de a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais ainda não estarem concluídas constitui um obstáculo à unidade do mercado, o que faz com que os bancos da UE fiquem aquém do bloco mundial. Esta situação terá de ser resolvida através de avaliações exaustivas, a fim de garantir um setor financeiro competitivo e resiliente. A concorrência leal é crucial para a estabilidade e o crescimento, mas exige quadros regulamentares mais sólidos que salvaguardem a diversidade do setor bancário. O CESE salienta o papel que a concorrência leal desempenha na garantia da estabilidade e na atração de investimentos e apela a uma abordagem equilibrada da supervisão que promova a digitalização e a sustentabilidade do mercado. Ao mesmo tempo que louva a inclusão pela UE de um controlo da competitividade nas futuras políticas, o CESE salienta que a competitividade deve ser reforçada sem se afastar das normas internacionais, como o Acordo de Basileia III. É fundamental adaptar este controlo às especificidades do setor financeiro. A conclusão da União dos Mercados de Capitais combaterá a fragmentação do mercado, reforçará a estabilidade financeira e promoverá a integração. O CESE salienta que métodos de avaliação eficazes, a participação das partes interessadas nas avaliações de impacto e dados sólidos para a tomada de decisões informadas são elementos fundamentais para fazer avançar o setor. (tk)



Estratégia Global Gateway deve pautar-se por avaliações de impacto e pela participação ativa da sociedade civil

A iniciativa Global Gateway, que visa garantir a autonomia estratégica aberta da UE, deve assentar em avaliações de impacto, sublinhou o Comité Económico e Social Europeu (CESE) no seu parecer, adotado na reunião plenária de dezembro. O CESE propõe que lhe seja atribuído um papel mais ativo nas fases cruciais do processo de decisão relativo aos projetos de desenvolvimento associados à Global Gateway.

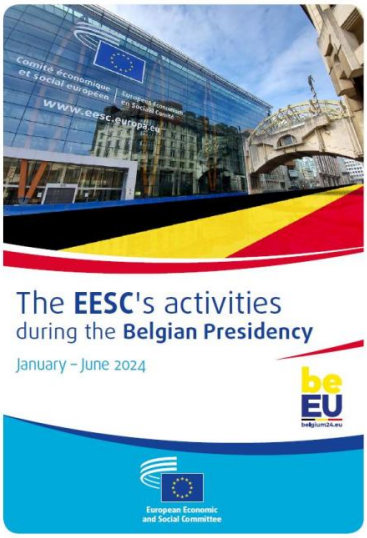
A Estratégia Global Gateway pretende mobilizar, entre 2021 e 2027, até 300 mil milhões de euros em investimentos para combater as alterações climáticas, melhorar a conectividade digital, energética e dos transportes e reforçar as infraestruturas de saúde, de edução e de investigação a nível mundial.

No entanto, o CESE salienta que os programas de investimento no âmbito da iniciativa Global Gateway devem basear-se em avaliações de impacto, assegurando a apropriação democrática nas iniciativas de desenvolvimento nos países parceiros e a sustentabilidade económica, social e ambiental dos projetos. Simultaneamente, manifesta reservas quanto aos projetos financiados por outros fundos da UE, que poderão desviar-se do processo de acompanhamento normal devido à falta de clareza dos procedimentos de avaliação do impacto de cada projeto.

Stefano Palmieri, membro do CESE e relator do parecer, salientou a necessidade de os projetos da Global Gateway respeitarem uma série de princípios e objetivos, afirmando que «a conformidade com os valores da

UE e a apresentação de avaliações de impacto pormenorizadas são aspetos importantes para assegurar a sustentabilidade desses projetos».

Ao mesmo tempo, o Comité lamenta a falta de participação significativa dos intervenientes locais europeus no processo global de desenvolvimento. O CESE gostaria de desempenhar um papel mais ativo nas fases cruciais do processo de decisão relativo aos projetos de desenvolvimento associados à Global Gateway, começando pela organização de reuniões regulares entre o Conselho Global Gateway, as organizações da sociedade civil e os parceiros sociais. (mt)



Acabado de publicar: As nossas atividades durante a Presidência belga da UE

A Bélgica está ao leme da UE desde 1 de janeiro e exercerá a Presidência do Conselho da UE neste primeiro semestre crucial de 2024. As eleições europeias de junho serão, sem dúvida, o momento alto, em que os cidadãos europeus decidirão o rumo a dar à União. Desempenharemos um papel ativo na comunicação de informações sobre as eleições e encorajaremos os eleitores a votar. «O CESE, enquanto casa da sociedade civil organizada, trabalhará em estreita colaboração com a Presidência belga para construir uma Europa mais forte, mais resiliente e mais democrática», afirma o presidente do CESE, **Oliver Röpke**.

Esta nova brochura apresenta as nossas atividades durante a primeira metade do ano e os principais dossiês em que as nossas secções estão a trabalhar, bem como os pareceres exploratórios solicitados pela Presidência belga.
Já conhece os nossos membros belgas?

Descubra aqui quem são e quais os segmentos da sociedade civil que representam. As informações estão disponíveis em neerlandês, francês, alemão e inglês (cw).



Semana da Sociedade Civil 2024 do CESE de 4 a 7 de março – Reserve estas datas!

No contexto das eleições europeias de junho de 2024, que definirão o rumo da Europa para o futuro, o CESE, enquanto parceiro institucional da sociedade civil, **lançará a primeira Semana da Sociedade Civil**.

Não se esqueça de reservar estas datas!

Este evento emblemático reunirá pessoas de todas as idades e origens, incluindo jovens, jornalistas e representantes das instituições da UE, num debate animado sobre temas importantes para o nosso quotidiano e o futuro da Europa.

No quadro do tema ***Lutar pela democracia!***, debateremos as ameaças e desafios aos valores democráticos e ficaremos a conhecer as expectativas da sociedade civil para os futuros dirigentes da Europa. As nossas recomendações contribuirão para a Resolução do CESE sobre as eleições da UE.

A **Semana da Sociedade Civil** contemplará **cinco importantes iniciativas do CESE**:

- **Jornadas da Sociedade Civil:** *As organizações da sociedade civil enquanto pilar da democracia e interveniente fundamental para ultrapassar os desafios atuais*
- **Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia:** *Um ponto de encontro para legisladores, ativistas, cidadãos e intervenientes da sociedade civil da UE e dos Estados-Membros*
- **A tua Europa, a tua voz:** *Defender a democracia, Defender a Europa – As prioridades dos jovens para o próximo mandato legislativo da UE*
- **Prémio para a Sociedade Civil:** *A 14.ª edição do Prémio CESE para a Sociedade Civil, dedicada à saúde mental*
- **Seminário de Jornalistas:** *O desafio de mobilizar os cidadãos europeus para as eleições europeias*

Junte-se a nós e deixe-se inspirar pelos nossos seminários ministrados por especialistas e pelos nossos debates de alto nível. Aproveite a oportunidade para fazer ouvir a sua voz sobre temas fundamentais para o novo ciclo legislativo da UE e para estabelecer contactos com organizações da sociedade civil e agentes de mudança de toda a Europa!

As inscrições abrem em janeiro de 2024.

Mais informações disponíveis brevemente na página Web da Semana da Sociedade Civil (mt)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Que formas e meios para uma verdadeira autonomia estratégica da UE no domínio económico?

Novo estudo do Grupo dos Empregadores do CESE

A UE sempre promoveu com firmeza a integração económica com o resto do mundo. Num mundo pacífico, regido por um sistema assente em regras, esta estratégia tornou a Europa uma das principais potências comerciais e uma das regiões mais prósperas em todo o mundo.

A pandemia de COVID-19 e, posteriormente, a invasão da Ucrânia pela Rússia vieram alterar radicalmente a dinâmica de abertura e integração económica e fazem antever uma luta longa e árdua para preservar a prosperidade da UE. Estes acontecimentos disruptivos mostraram a importância de uma UE mais resiliente, capaz de defender de forma eficaz os seus interesses estratégicos.

A UE prepara-se para responder aos desafios que podem significar o abandono do sistema comercial multilateral e assente em regras que marcou o pós-2.ª Guerra Mundial e não se pode dar ao luxo de hesitar quanto ao significado de autonomia estratégica.

O estudo levado a cabo pelo Centro de Estudos de Política Europeia (CEPE) analisa estes temas complexos, examina as vulnerabilidades da Europa e formula uma série de recomendações sobre a forma de alcançar a autonomia estratégica. O estudo foi encomendado pelo CESE a pedido do Grupo dos Empregadores e elaborado pelo CEPE.

Consulte-o aqui: https://europa.eu/!n98Tdd.



A UE em 2030, COP28 e a urgência de uma transição justa

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

O relatório intercalar de 2023 da Agência Europeia do Ambiente (AEA) não é particularmente otimista: a UE poderá não atingir a maior parte das metas até 2030. Mais concretamente, são especialmente dramáticas as perspetivas para a pegada de consumo, os níveis de consumo de energia, a produção circular e a agricultura biológica, embora os restantes elementos – a biodiversidade ou a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas – não sejam mais promissores.

No que diz respeito à COP28 os resultados também não são melhores. Como se verificou no debate realizado na reunião plenária do CESE de dezembro, a sociedade civil está bastante insatisfeita com as conclusões: o texto não define claramente de que modo serão financiadas as ações nem por quem, sendo um documento rico em palavras, mas pobre em ações concretas (apesar de, pela primeira vez, identificar os combustíveis fósseis como uma das causas das alterações climáticas). É pouco provável que se cumpra o objetivo de limitar o aumento da temperatura média mundial a 1,5 ºC até ao final do século, dado que, muito provavelmente, esse aumento da temperatura será alcançado já dentro de cinco anos. O ano mais quente alguma vez registado foi 2023 e, a partir de junho, cada mês foi o mais quente desde que há registo.

Este panorama soturno não deve ser motivo de desencorajamento, mas antes de motivação: é tempo de agir. Não é o momento de nos delongarmos em boas intenções, pois já o fizemos anteriormente e podemos ver o resultado. Também não é altura de regressar às medidas de austeridade. Todas as políticas da UE devem articular-se com os princípios da transição justa, promovendo a sustentabilidade económica, social e ambiental. Para tal, e segundo preconizado no mais recente parecer do CESE sobre o tema, impõe-se a adoção de uma diretiva relativa a uma transição justa a nível da UE para o mundo do trabalho: só com a participação de todos será possível realizar a tarefa gigantesca que temos pela frente. Se o seu custo for repercutido nos mais vulneráveis, como já é muitas vezes o caso, o populismo de extrema direita aumentará. Quando nem os seus adeptos puderem negar os efeitos catastróficos das alterações climáticas, já será demasiado tarde.



Novo estudo analisa custo das alterações climáticas para agregados familiares na UE

Por Lorenza Campagnolo, coordenadora de investigação, e pela equipa do CMCC que participou na realização do estudo

O estudo intitulado «The cost of climate change on households and families in the EU» [O custo das alterações climáticas para os agregados familiares e as famílias na UE] constituiu uma excelente oportunidade de esclarecer de que modo os custos associados às medidas de adaptação, às políticas de atenuação e ao impacto das alterações climáticas afetam os agregados familiares na UE, dependendo da região em que se encontram e do seu estatuto socioeconómico. O estudo veio preencher uma lacuna na literatura, pois não existia uma avaliação abrangente dos custos das alterações climáticas que se centrasse nos agregados familiares da UE.

Além disso, o estudo propõe uma nova metodologia e resultados, ao combinar as informações do Eurostat sobre os rendimentos e as despesas dos agregados familiares, os perigos relacionados com o clima e as ferramentas de modelização. Tem em conta as perdas de rendimentos das famílias e as despesas induzidas pelo clima como consequência direta dos efeitos das alterações climáticas ou das necessidades de adaptação.

Em 2050, as alterações climáticas terão um impacto diferente consoante a região e o grupo socioeconómico da UE. Num cenário de alterações climáticas moderadas, prevê-se o aumento das despesas de saúde dos agregados familiares nas regiões do norte e do sul da UE, das despesas com a alimentação nas zonas

orientais, ocidentais e meridionais, das despesas de eletricidade em todas as regiões e das despesas com seguros sobretudo no norte. Este aumento das despesas representará um encargo pesado para os agregados familiares mais pobres, que serão menos capazes de diversificar o consumo e terão uma capacidade de adaptação limitada. Ao mesmo tempo, o sul da UE será afetado por perdas de rendimentos do trabalho, ao passo que todas as regiões sofrerão perdas de rendimentos globais.

Haverá impactos negativos e regressivos (que recairão mais sobre os agregados familiares mais pobres do que os mais ricos) numa vasta gama de despesas com bens/serviços e fontes de rendimento, em especial no sul da UE (despesas de saúde, eletricidade e seguros, bem como rendimentos do trabalho), mas também, de forma marginal, nas regiões orientais (despesas alimentares) e setentrionais (despesas de eletricidade e seguros). É provável que as alterações climáticas façam aumentar o número de pessoas em risco de pobreza em toda a UE, mas os cenários de atenuação das alterações climáticas têm potencial para mitigar esta situação, favorecendo um crescimento mais rápido dos salários dos trabalhadores pouco qualificados em comparação com os altamente qualificados.

As principais recomendações dirigidas aos decisores políticos consistem em dar prioridade às regiões que enfrentam simultaneamente impactos negativos nos agregados familiares e regressividade, como é o caso no sul da UE, e em reforçar as medidas de apoio aos rendimentos, adaptando-as aos segmentos mais vulneráveis da população nessas regiões. Além disso, dado que os custos das alterações climáticas são multissetoriais, é necessária uma integração transversal das políticas, a fim de tornar a sua elaboração mais eficaz.

O estudo, realizado pelo CMCC (Centro Euro-Mediterrânico sobre as Alterações Climáticas) a pedido do Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE, bem como o respetivo resumo, podem ser descarregados do sítio Web do CESE.

VOU VOTAR, VENHA TAMBÉM!



Vou votar, venha também!

Em dezembro começámos a publicar os pontos de vista dos nossos convidados sobre as eleições europeias, na coluna: «Vou votar, venha também!». Desta vez, a nossa convidada é **Małgorzata Molęda-Zdziech**, socióloga polaca, politóloga e comentadora frequente de temas de atualidade na Polónia.

Małgorzata Molęda-Zdziech dirige o Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Economia de Varsóvia e é a representante do reitor para a cooperação com a União Europeia. No seu artigo, comenta o importante papel da sociedade civil polaca e a sua influência nos resultados das últimas eleições nacionais na Polónia, que tiveram lugar em outubro de 2023. Refere igualmente uma das prioridades da futura Presidência polaca do Conselho da UE, que diz respeito à sociedade civil enquanto guardiã do Estado de

direito. (ehp)



Ma?gorzata Mol?da-Zdziech: a sociedade civil e as eleições europeias de 2024

A sociedade civil pode ser definida, sucintamente, como um conjunto de grupos capazes de se auto-organizarem e de definirem e alcançarem determinados objetivos a que se propuseram. Nos sistemas democráticos, os grupos da sociedade civil são numerosos e plurais para representar, tanto quanto possível, a diversidade de vozes e de pontos de vista dos seus membros. Nos regimes não democráticos, as organizações não governamentais (ONG) opõem-se com frequência aos dirigentes governamentais. A sociedade civil age graças à cidadania ativa e à vontade de cooperar em prol do bem comum, independentemente das entidades estatais.

Quando o Partido Lei e Justiça (PiS) esteve no poder, as organizações da sociedade civil mobilizaram-se contra mudanças que ameaçavam o próprio regime político e a defesa dos direitos humanos. O relatório da Fundação de Helsínquia para os Direitos Humanos intitulado «Pressão e mobilização: a sociedade civil contra a crise do Estado de direito» [disponível em polaco] indica que, entre 2016 e 2022, os movimentos não governamentais organizaram inúmeras manifestações em larga escala em defesa do Estado de direito e contra a violação dos valores constitucionais, oferecendo assistência jurídica a grupos em risco de discriminação ou repressão. O setor não governamental procurou incessantemente novos canais de participação nos processos de decisão, organizando, nomeadamente, coligações eficazes para a eleição do Provedor de Justiça e do Provedor para a Infância, ou painéis de cidadãos.

Os resultados das eleições legislativas de 15 de outubro de 2023 mostram a força da sociedade civil na Polónia. A taxa de participação histórica (74,38%) e a obtenção da maioria parlamentar pelos partidos da oposição são testemunho da eficácia da mobilização cívica que levou a uma mudança de governo. Os candidatos do PiS obtiveram 35,38% dos votos, fazendo deste partido o primeiro, desde 1989, a ganhar as eleições legislativas pela terceira vez consecutiva. No entanto, ao contrário das eleições de 2015 e 2019, os seus candidatos não obtiveram a maioria parlamentar necessária para formar governo. Os seguintes partidos conseguiram também assento no Parlamento nacional polaco (*Sejm*): a Coligação Cívica (30,7%), a Terceira Via (14,4%), a Nova Esquerda (8,61%) e a Confederação Liberdade e Independência (7,16%). A Coligação Cívica, a Terceira Via e a Nova Esquerda obtêm, em coligação, 51,72% dos votos, o que lhes deu a maioria necessária para formar governo. O Governo liderado pelo primeiro-ministro Donald Tusk foi formado após uma segunda volta.

Nenhuma sondagem previra tamanha afluência às urnas. Recorde-se que nas legislativas de 2019 a taxa de participação foi de 61,74%, ao passo que nas eleições históricas de 1989 fora de 62,7%. O desejo de mudança, provocado por um sentimento prolongado de frustração social, patente nos resultados de vários estudos (nomeadamente do Centro de Investigação da Opinião Pública – CBOS e da Fundação Batory), motivou os cidadãos a deslocarem-se às urnas. Importa assinalar que se viveu um ambiente de forte mobilização social antes das eleições, visível, nomeadamente no número recorde de eleitores que se recensearam para votar fora do seu local de residência (até às 15 horas de 12 de outubro, 960 mil pessoas tinham mudado o seu local de voto e cerca de um milhão e duzentas mil havia apresentado um pedido nesse sentido). O número de cidadãos polacos que vivem no estrangeiro e que se recensearam para votar

praticamente duplicou (cerca de 600 mil, face a 350 mil nas eleições anteriores de 2019).

O anúncio e a realização de um referendo nacional podem ter sido outro fator que aumentou a mobilização dos cidadãos para participarem nas eleições legislativas. A taxa de participação no referendo foi de 40,91%, pelo que os seus resultados não são vinculativos. Outro fator importante na mobilização foi o grande número de campanhas de sensibilização para a necessidade de votar, lançadas por organizações não governamentais. Destaca-se, em particular, as campanhas dirigidas às mulheres e aos jovens (nomeadamente, a Iniciativa Vozes das Mulheres com a campanha «É a tua escolha», a Iniciativa *Wschód* [Leste] com «Já basta de silêncio», a Iniciativa SexEd «É a tua decisão»), que contribuíram para uma maior afluência às urnas. Nas eleições legislativas de 2019 votaram 61,5% das mulheres e 60,8% dos homens. A taxa de participação dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos situou-se nos 46,4%. Nas eleições de 2023 deslocaram-se às urnas mais mulheres (73,7%) do que homens (72%) e 68,8% de jovens entre os 18 e os 29 anos de idade. Durante o período de campanha eleitoral, as organizações da sociedade realizaram, pelo menos, vinte ações de apelo ao voto.

As campanhas desenrolaram-se principalmente em linha (Internet), mas algumas também surgiram na televisão, na rádio e mesmo nos cinemas. A participação de celebridades, influenciadores, atores e figuras públicas ampliou a sua capacidade de chegar a públicos diferentes. De acordo com o inquérito do CBOS «Motivação e decisão de voto 2023», realizado em outubro de 2023, a maioria dos eleitores (70%) tomou a decisão de votar pelo menos algumas semanas antes das eleições. Os restantes decidiram votar na semana anterior às eleições (28%), no próprio dia das eleições (9%) e na véspera (4%). Para os eleitores da Coligação Cívica, a atitude desse agrupamento político em relação à União Europeia revestiu-se de especial importância (80%). Seguiu-se, muito próximo (77%), como razão para votar na coligação, o desejo de alternância do poder. Uma grande parte das pessoas que votaram na Coligação Cívica (64%) considera que representa valores e princípios que lhes são caros. Os eleitores do PiS consideraram que esse partido representa tanto os seus interesses («preocupa-se com pessoas como elas» – 66%) quanto os seus valores e princípios (62%). Ao mesmo tempo, esses eleitores fazem uma avaliação positiva dos governos anteriores sob esse partido (64%), bem como do seu programa económico (59%).

Em junho de 2024, as cidadãs e os cidadãos polacos serão chamados a eleger os seus deputados ao Parlamento Europeu. As eleições europeias podem ser consideradas como o prolongamento do ciclo eleitoral iniciado com as eleições legislativas de 2023, uma vez que as eleições autárquicas na Polónia terão lugar em abril de 2024. Os assuntos europeus estarão presentes nas campanhas para os governos locais, embora em menor grau do que nas eleições legislativas. Além disso, o vigésimo aniversário da adesão da Polónia à UE pode ter um efeito mobilizador da participação nas eleições europeias. Recorda-se que, nas últimas eleições para o Parlamento Europeu em 2019, a Polónia registou uma taxa de participação de 45,68%.

As cidadãs e os cidadãos polacos são fortemente favoráveis a que a Polónia pertença à União Europeia. De acordo com uma sondagem do CBOS de abril de 2023, 85% aprovam que o seu país seja membro da UE. Este número diminuiu, embora permaneça ainda muito elevado. Um em cada dez dos inquiridos é contra a adesão da Polónia à UE (10%). Uma em cada vinte pessoas não tem opinião sobre o assunto (5%).

Vale igualmente a pena recordar que as eleições para o Parlamento Europeu se realizarão pela primeira vez sob o espetro de crises múltiplas, nomeadamente, a guerra em curso na Ucrânia, a crise climática, a crise económica e a ascensão da direita populista. Por conseguinte, tendo em conta a previsível intensificação das atividades de desinformação, será importante adotar uma política de comunicação eficaz e coerente ao longo da campanha, direcionada para grupos de eleitores específicos. As tensões internacionais incitam os defensores da União Europeia a ver uma luz de esperança nesta comunidade, suscetível de garantir a nossa segurança.

Małgorzata Molęda-Zdziech

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)
Laura Lui (ll)

Colaboraram nesta edição

Christian Weger (cw)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanas (mg)
Margarida Reis (mr)
Millie Tsoumani (mt)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)
Joris Vanderlinden (jv)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.
O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.
A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

01/2024